

**AS BRECHAS DA PERMANÊNCIA: NEGAÇÃO DO TRABALHO, NEGOCIAÇÕES
E CONFLITOS NA VILLA DO ARACATY NO SÉCULO XVIII**

Diego Cavalcanti Araújo

Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará

diegohistoriaufc@gmail.com

Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos. Assim, por exemplo, uma pequena e fútil rebelião destaca-se tanto mais, quanto maior for o seu impacto sobre as relações de classe, enquanto os atos não anunciados de fuga, roubos, que podem ter um impacto muito maior são raramente noticiados¹

O Aracati e os sertões do Ceará não vieram inicialmente como objetos de pesquisa. Os primeiros sinais de interesse que tive pelo século XVIII foram por conta das narrativas nos autos de querela que traziam tensões entre sujeitos escravizados e a camada senhorial. Inicialmente a ótica da resistência era o que mais chamava a atenção, no sentido de querer entender como esses sujeitos escravizados se opuseram ao longo daqueles anos ao domínio escravagista.

Entretanto, à medida em que investigávamos as fontes, outros elementos passaram a chamar tanto a atenção quanto o que chamávamos inicialmente apenas por resistência. Começamos a perceber que a complexidade da vida desses sujeitos, como bem nos lembra João José Reis, não estava marcada nos extremos da submissão ou da resistência, mas sim da negociação cotidiana. Daí passamos a compor novas perguntas. Como esses sujeitos estabeleciam suas relações de afetividade e possibilidades de criação de suas vidas em um contexto de controle social como se afirmava a sociedade escravagista?

A partir dessa indagação passamos a tentar entender como esses sujeitos buscavam o que estamos chamando de “brechas”. Ou seja, como em um cotidiano marcado pelo controle do poder eclesial, do poder senhorial e do poder escravagista encontravam formas de existir e se afirmarem enquanto humanos dotados de afetos e potências? Nesse sentido, com o contato com fontes criminais, eclesiais e da administração local pudemos ter contato com diversas

situações em que essas brechas poderiam ser vislumbradas: nos espaços de sociabilidade, na constituição das afetividades e família, na fuga, no envenenamento, no roubo, no “corpo mole”, nos usos da fé cristã, dos festejos religiosos, do quilombo etc.

Esse rico cenário anunciado pela investigação e cruzamento de fontes nos fez também inquirir sobre o que era o Aracati e como refletiríamos sobre essa sociedade marcada pelo fluxo de pessoas por conta do comércio de gado, da produção de charque.

O cenário social dos sertões no século XVIII é marcado pela consolidação dos processos de conquista e de fixação das forças colonizadoras. Os caminhos estabelecidos para o fluxo de mercadorias, da população e do gado compartilhavam dos cursos dos rios ligando a capitania ao resto da colôniaⁱⁱ. Esses caminhos não representavam percursos aleatórios e o Aracati era central para essa conexão, pois representava um dinâmico e importantíssimo porto de escoamento das mercadorias dos sertões como nos ajuda a entender Almir Leal de Oliveira:

Durante todo o século XVIII prosperaram as atividades de salga da carne bovina e do tratamento dos couros para a exportação, tornando a vila do Aracati o centro econômico mais dinâmico da Capitania do Siará Grande, posição que manteve durante boa parte do século XIX. A vila, criada em 1748, especializada nessa economia do charque e do couro, teve seu traçado urbano marcado por esta atividade, inclusive com as indicações do Conselho Ultramarino exigindo ruas largas para o trânsito das boiadas do sertão para o lugar do abate, salga e exportação. Jose Alípio Goulart descreve um quadro bastante esclarecedor sobre a importância desta atividade durante o século XVIII: "basta dizer que só Recife, em 1788, consumiu o carregamento de carne seca de 14 barcos, embora muito bem suprido de carne verde (...). Em média, cada sumaca transportava a produção de cerca de dois mil bois."ⁱⁱⁱ

Portanto, esses caminhos e a centralidade do Aracati dos fluxos comerciais eram aspectos estratégicos na conexão do território colonial como afirma Clóvis Ramiro Jucá:

Exatamente pelos fluxos das boiadas, a atividade comercial desenvolvida em torno da economia pecuarista alcançou os fluxos do Atlântico, estabelecendo uma conexão econômica entre o sertão, a zona açucareira, a Metrópole e a África – com exportação do tabaco - via portos do litoral nordestino e viceversa. Esta conexão só foi possível porque distâncias foram vencidas, caminhos foram abertos pelos vaqueiros e vilas fundadas em pontos estratégicos dos fluxos que se estabeleciam. Estes caminhos interligaram diversos núcleos pelo sertão adentro e levaram os produtos da pecuária ao litoral, para depois seguir em forma de couro e similares para a Metrópole, via portos de Pernambuco e Paraíba. Eles foram os verdadeiros vetores da ocupação e do povoamento da região a oeste do açúcar, responsáveis pela

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

integração territorial de todo o Nordeste, e deste com o restante da América Portuguesa.^{iv}

E é nesse cenário de fluxo de pessoas, de experiências e de um comércio e produção que implicavam tanto uma fixação (oficinas) quanto um deslocamento (fazendas) que iremos buscar compreender as trajetórias de sujeitos escravizados investigadas a partir dos processos criminais e das fontes administrativas. Muito se discute sobre a presença dos sujeitos escravizados no Ceará ser diminuta em relação à plantation, mas tomamos como ponto de partida que esses sujeitos escravizados eram percentualmente significativos na população do Aracati, mas não sendo a maior dentre as outras freguesias.

Tabela I - População das vilas do Ceará no século XVIII

Vilas	Brancos	Pretos e Pardos		Total da população	
		Livres	Escravos		
Aquiraz	2.679	2.145	702		5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102		4.931
São Bernado	3.753	2.769	943		7.465
Icó	3.822	3.522	1.507		8.851
Crato	6.797	12.793	1.091		20.681
S. João do Principe	5.361	3.231	1.856		10.448
Granja	1.047	1.656	799		3.502
Sobral	2.781	4.193	2.978		9.952
Campo Maior	1.757	2.986	1.270		6.013

Fonte: Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXIX [1925] p. 79.^v

Segundo a tabela supracitada a população escrava correspondia a 22,34% da população total do Aracati enquanto a população livre de pretos e de pardos correspondia a 30,21%. Então é de se pensar que houve um processo de inserção e crescimento destes sujeitos que correspondiam a mais da metade da população da Vila. Gabriel Parente em analisando um mapa populacional produzido na gestão do Governador Sampaio em 1813, afirma:

Dividindo a população da vila de Aracati em 1813 pelas categorias inerentes ao aspecto étnico, identificamos que entre seus 6068 habitantes, 2613 seriam brancos ou indígenas, 1315 foram identificados como negros e 2140 como mulatos. Tendo como base estes dados, pudemos perceber que 21,7% da população da vila do Aracati compunha-se de negros e 35,25% de mulatos, o que demonstra que mais de 50% da população da vila era composta por uma população de matriz étnica africana, dentre estes, 1284 (o que corresponde a pouco mais de 21% da população da vila) tratavam-se de escravos; o que é um elemento revelador acerca da inserção da vila do Aracati nas dinâmicas do mercado atlântico.^{vi}

Apesar dos números exatos populacionais serem outros, vale ressaltar que a correspondência observada na tabela que utilizamos também destaca uma expressiva inserção étnica de matriz africana. Nesse sentido, é de se pensar que parte majoritária da população da Vila do Aracati era de pobres livres convergindo, entre si, do processo de conquista e de fixação no território por parte da elite colonizadora.

Nesse contexto, alguns documentos chamam atenção pela riqueza de relações observáveis entre uma grande gama de trabalhadores pobres que compõem os setores mais marginalizados da sociedade colonial. Em registros de casamento e de batismo, é observável o estabelecimento de relações de compadrio entre escravizados, brancos pobres, índios; não obstante, estes também estabeleciam relações com sujeitos que compunham a elite social como alferes, capitães, etc. Neste sentido, penso que o olhar para estes documentos deve ter uma preocupação sensível de compreender a resistência e ter em vista os processos de assujeitamento percebendo as dimensões das ações individuais e coletivas.

Pensar o trabalhador escravizado é estar cercado por uma vasta produção que o (re)pensa sob diversas questões e abordagens. Pensa-lo, pois, é lidar com duas dimensões: a) uma vontade de elaboração conceitual de sua identidade feita ao longo da historiografia; b) experiência social que articula e tenciona dimensões individuais e coletivas e que desafia o pesquisador a abrir-se para pensar os trabalhadores pobres escravizados como pessoas que vivem para além das vontades de sua elaboração ideal do que olhando do ponto de vista pareceria uma escolha mais acertada das ações de um sujeito necessariamente “revolucionário”.

Corroborando com essa visão, James Scott também aponta, ao falar da importância de se analisar as pequenas ações não como reflexo da repressão ou parte menos importante que as grandes revoltas, as seguintes questões:

Noutro plano, vale a pena lembrar que a conjugação de milhares e milhares de actos de resistência “insignificantes” deste tipo pode ter poderosos efeitos econômicos e políticos. No plano da produção, seja nas fábricas, seja nas plantações, pode resultar em actuações que, não sendo suficientemente más para justificar um castigo, também não serão suficientemente boas para levar a atividade a bom porto. ^{vii}

E finaliza dizendo:

A deserção em massa de servos ou camponeses recrutados contribuiu para derrubar mais do que um antigo regime. Em determinadas circunstâncias, a acumulação de actos insignificantes pode, como flocos de neve numa íngreme vertente montanhosa, desencadear uma avalanche.^{viii}

Nesse sentido temos como uma de nossas preocupações centrais estabelecer relação em nosso repertório analítico com perspectivas que pensem a agência do sujeito escravizado e sua experiência de vida como elemento de existência; ou seja, não apenas situa-lo em dinâmicas de resistência ou submissão, mas pensa-lo na complexidade da vida e dos horizontes possíveis de ação e de escolhas que, indiferentemente para nós a serem certas ou erradas, são fundamentalmente históricas.^{ix}

Ao longo de nossa investigação dos processos crime do século XVIII presentes na APEC, nos defrontamos com uma questão central e um tanto óbvia, mas necessária de ser enfatizada: os sujeitos não agem de acordo com a expectativa muitas vezes exagerada que o pesquisador pode vir a estipular como “autênticas de um sujeito insurgente”; em grande parte do tempo, na verdade, ele está apenas vivendo e tomando decisões frente às possibilidades, avaliações das relações de forças e de suas possibilidades de barganhar.

João José Reis trata pioneiramente a dimensão da negociação dos “debaixo” o que amplia nossa capacidade de dialogar com nossas fontes e melhor empreitar na tentativa de compreender as experiências de vida dos escravizados. Como ele aponta, grande parte do tempo desses sujeitos não é resistindo diretamente ou se conformando, mas, sim, em jogos de negociação, articulando, inclusive, os mecanismos e valores dos próprios dominantes^x.

Em contraste com o que constatamos anteriormente da população escravizada do Aracati ser bastante acentuada são poucos os documentos que trazem especificamente o sujeito escravizado como alvo de uma querela. Essa dimensão nos faz refletir sobre diversas questões: a) o próprio estado de conservação dos processos torna precária a manutenção material dessas fontes; b) por uma outra chave podemos nos apropriar do apontamento de Scott em que parte da dimensão invisível/oculta das ações dos grupos subalternos é deliberada e pode ser feita de forma discreta aos olhares dos dominantes^{xi}.

No dia^{xii} quatorze de fevereiro de 1780, na vila do Aracati, o “crioulo Manoel” foi acusado pelo “Capitão Joze Ribeiro Freire homem branco casado”, por conta de “furto e descaminho de hua sua escrava”^{xiii}. Duas noites anteriores ao processo de apuração da acusação, diversos moradores ouviram gritos nas proximidades do rio. Segundo o testemunho de Manoel dos Santos, homem branco que vive de pesca:

“presenciara no dia anteontem pellas sete horas da noite mais ou menos estando ele testemunha em sua casa por detrás da rua do pelourinho junto a beira do rio ouvira vários gritos no mesmo rio e acodindo juntamente com hum seu cunhado Manoel Pereira acharam em huma ilha que faz o mesmo rio no lugar da passagem a dita preta Romana escrava do querelante e o querelado o preto Manoel e outro negro que ele testemunha julga também ter acudido aos gritos e estava a dita negra escrava do queixoso gritando a vós el Rei contra o dito querelado que ele havia dado muitas pancadas”^{xiv}

Para ele tal acontecimento não apresentou necessidade de se reportar às autoridades por dizer achar “que erão questões de negros”^{xv} e também por só conhecer o querelado de vista, deixou isso de lado e voltou para sua casa para dormir. Esse mesmo sentimento de achar que eram questões que não lhe cabiam não foi o mesmo sob outros olhares. A costureira solteira Maria Joze do Nascimento, que tinha por volta de seus 46 anos apontava horrorizada sobre a cena mencionando que os gritos da dita escravizada:

“gritando a dita preta muito tempo a voz de ele Rey que lhe acudissem que o matavão com pancadas e acodio aquela vizinhança e também ela testemunha e conduidos da miserável preta se botarão ao rio para atirarem das mãos do dito preto que em hua coroa do rio lhe estava dando com hum pau de que a deixou maltratada e foi dali para a casa de seo senhor queixando-se que lhe tenha cortado sua mão”^{xvi}

Os olhares das testemunhas se chocam e trazem mais ou menos questões. Mas no geral todos apontavam que a agressão de fato tinha acontecido. A primeira questão que refletimos é se o problema foi, como apontado no sumário de querela, o fato de Manoel ter desencaminhado e agredido a dita escravizada. Pensemos sobre as dinâmicas de situação quanto à justiça civil e criminal para com os escravizados. Do ponto de vista civil, ambos eram apenas propriedades que tinham preço, valorização, serviam de entesouramento e como herança. Entretanto, do ponto de vista judicial eram amplamente tidos como sujeitos. O fato é que não era o direito de defesa do corpo da escravizada que estava sendo evocado, o grande problema era o

desencaminhamento. O que isso significava, então? Que a agressão em si era problemática por ser feita por um outro escravo.

O que estamos buscando aqui é compreender as ações tanto de Manoel quanto da Romana tendo em vista as especificidades de suas condições. Enquanto mulher, Romana lidava com outras dimensões da dominação e que implicava dimensões particulares de escolhas e táticas em relação ao Manoel.

Nesse sentido investigamos a experiência de Romana e Manoel como relações desiguais. E mesmo lidando com a dimensão da opressão masculina por parte do escravizado e do seu senhor, Romana buscava nas brechas mínimas espaços onde pudesse ter algum conforto e autonomia negociando com a realidade violenta que a cercava e testando o tolerável das violências que sofria.

Isso fica mais claro quando vemos o testemunho de Manoel Pereira, homem branco, que vive de seus negócios tendo por volta dos trinta e dois anos:

he publico que tem dado por muitas vezes varias pancadas de sorte que o queixoso por mais deligencia que tenha feito e castigado a mesma escrava para que com o querelado não tenha trato algum este fora afaz^{xvii}

Segundo ele é de saber público que o querelante, que é proprietário da escravizada que se chama Romana, havia lhe dado diversos castigos e pancadas para que esta não se envolvesse com o Manoel. O curioso aqui é que apesar de tudo o que se apresenta segundo a fala das testemunhas é que em certa medida estar ou não próxima ao Manoel era uma escolha da Romana. Apanhar era algo que ela também sofria em casa. Entretanto, quais as perspectivas de ações de autonomia que podemos perceber nesses dois sujeitos escravizados?

Primeiramente, pelo fato de o Manoel levar a culpa por desencaminha-la, ela estava livre de qualquer querela por parte das autoridades, até por não ser interesse de seu senhor vê-la presa e desviada de suas funções. O escravizado Manoel já tinha um aprendizado sobre as dinâmicas de controle e, de alguma forma, acabava por desafiar a autoridade dominante e, segundo os

testemunhos “anda fora da obediência de seo senhor que he hum homem velho que não pode com ele ainda que o tenha feito prender varias vezes na cadea”^{xviii}.

Mas ainda temos alguns elementos que não foram revelados dessa história. Serão essas as bases pelas quais caminharemos na investigação de quais eram as perspectivas de autonomia que esses sujeitos estavam disputando em seus devidos espaços de poder e possibilidades de ações. Tendo-se em vista que a situação de dominação verticalizada é apenas uma das possibilidades dos jogos de poder, já que as relações de gênero implicam outras complicações de domínio nisso que aparentemente está nas relações horizontalizadas por ambos estarem nas condições de escravizados. O que trataremos aqui, pois, será de como esses sujeitos que estão em posições similares do ponto de vista civil jogam pelas brechas dos diversos poderes de forma desigual entre si.

Avançaremos agora pelos diversos outros vestígios que temos sobre a experiência desses dois sujeitos e de como eles agiram de formas por vezes conflitantes e por outras convergentes em ocasiões anteriores ao caso da agressão no rio narrada pelas outras testemunhas.

Dias anteriores a esse caso, Manoel e Romana estavam em outra situação. Se encontravam em uma casa que segundo uma das testemunhas o “Alferes Manoel da Silva Carneiro Homem branco solteiro, morador nesta vila que vive de seus gados de idade que desse ser de quarenta e oito anos”^{xix} disse que “ali tem tido a dita preta por varias ocazeoens recluza muitos dias usando della ilicitamente maltratandoa depancadas, fazendoa faltar ao serviso de seo senhor”^{xx}. Segundo as outras testemunhas o único momento relatado de agressão teria sido no rio. Entretanto, o objetivo desse debate não é confirmar se ela apanhou uma vez ou várias vezes. O objeto é inquirir sobre os possíveis porquês de ela não fugir do Manoel. Como vimos anteriormente, as testemunhas apontaram que o senhor da Romana havia lhe dado diversos castigos para que ela não andasse com Manoel, isso nos revela que em grande parte estar com ele era uma escolha dela revelando que ali havia alguma possibilidade de melhor condição mesmo que ainda sob a perspectiva da agressão que poderia vir a sofrer dele assim como sofria de seu senhor.

Mas o que acontecia nessa casa? De quem era essa casa? A resposta que nos surpreende é: ela era alugada pelo Manoel. O questionamento que pode vir de imediato é: mas como um sujeito escravizado conseguia alugar uma casa? Bom, isso tem a ver com o que se fazia nessa casa. Segundo o testemunho do Alferes Manoel da Silva Carneiro seria “caza aonde continuamente há insultos , jogos, e inquietasois,”^{xxi}. Da perspectiva dele de um homem branco, vivendo de seus gados que era o negócio mais lucrativo do Aracati naquele momento, de fato o que chama a atenção eram mais os insultos e inquietações que os jogos em si.

Entretanto, para nós, os jogos revelam uma série de possibilidades analíticas sobre as dimensões das experiências desses escravizados possibilitando refletir sobre os diversos usos que esses sujeitos fazem das oportunidades e brechas do domínio. Manoel alugava a casa, isso significa que ele tinha algum ganho para arcar com as despesas. Segundo os testemunhos afirma-se sobre o Manoel que “sendo certo que este negro sefaz intolerável por ser hum vadio sem ocupação [...] metido a valente fazendo dezatensoens a homens brancos”^{xxii}. Uma das possibilidades é que ele tirava alguns ganhos dos próprios jogos que envolviam apostas com “outros negros captivos e forros”^{xxiii}. Nesse sentido era possível enquanto escravo empreender alguma forma de renda por fora das teias de domínio escravocrata. Manoel se desviava tanto do controle em diversos momentos que no testemunho de “Manoel Pereira de Oliveira homem branco casado, morador nesta vila que vive de seu negocio de idade que deve ser de trinta e dois anos”^{xxiv} disse que: “por ser o mesmo querelado um vadio sem oficio nem faz caso de seo senhor tanto assim que ele testemunha o teve algum tempo por forro”^{xxv}. Na perspectiva de algumas das testemunhas Manoel gozava de algumas práticas que o faziam parecer não ter senhor ou então ser um forro. Ou seja, havia algum entendimento comum do que seria possibilidades de ação de escravizados, de forros e de livres. Havia no entendimento popular um aspecto de diferenciação nos hábitos que segundo o que percebiam em Manoel chegava a parecer que era um sujeito alforriado por não prestar obediência a algum senhor.

Voltando à casa de jogos, esse era um espaço que causava, invariavelmente, muito incomodo nos moradores que se apresentaram como testemunha. Afinal, um lugar onde negros

cativos, libertos e pobres livres poderiam se divertir conjuntamente gozando de certa autonomia realmente vinha a ser uma expressão de desafio tremendo ao poder senhorial.

As diversas testemunhas veem a casa como um problema mas falam dela de pontos de vista sociais distintos. O Alferes Manoel aponta que ali teria “ajuntamento de negros e de outra gente plebeia”. Considerando o ponto social de destaque que tinha por ser Alferes, para ele a desclassificação de “gente plebeia” servia a todos aqueles pobres livres, libertos e cativos. Já no testemunho da costureira solteira Maria Joze: “mora na qual casa faz o continuo ajuntamento de outros negros e gente vadia e perdida que jogão e fazem barulhos”. Nesse caso a desclassificação que fazia dos sujeitos não se dava por serem “gente plebeia” já que ela, por ser uma costureira, também era pobre. Nesse sentido o que sobra é uma outra desclassificação: “outros negros e gente vadia”. Vale ressaltar que no testemunho de uma mulher solteira e que vive do próprio trabalho em uma realidade colonial, ela por si era uma pessoa fora da régua e também estava naquele momento de apuração como testemunha tendo sua dignidade testada a partir de suas afirmações.

Já no olhar da testemunha Manoel Pereira “vive de jogos e dizemquietar os outros negros cativos e forros para o dito jogo fazendo motins e alarido como ele testemunha tem presenciado”. Para ele o problema era que o escravizado Manoel tirava os outros negros cativos e forros de uma situação de calma, ou seja, o problema é a mobilização destes sujeitos por parte do querelado.

Os diversos olhares se incomodam com essa casa de jogos, apontam que é barulhenta, que escutam insultos, que tiram a ordem social ao juntar e desarmonizar “negros cativos”, “libertos”, “gente plebeia”, “vadios”. O que não pode deixar de ser uma questão é: se a casa causava tanto incomodo e desconfiança por parte dos moradores e das autoridades, por que então que ela não foi desarticulada sendo feita a proibição desses encontros? Uma hipótese que lançamos é a seguinte: com a presença da casa de jogos e uma congregação de diversos sujeitos pobres, as relações de poder sutilmente se invertiam, pois atacar a casa seria atacar diretamente o divertimento já consolidado e fora de controle por parte das forças dominantes. Imagine só o quanto de ira causaria tirar um lugar onde as pessoas sentiam a possibilidade de gozar de maior

autonomia para expressar-se afetivamente, para divertir-se coletivamente e para tentar algum ganho que permitisse acumular algum pouco de bens? De fato, os limites da resistência dos dominados não são os únicos limites existentes, os dominantes também lidam com limites da dominação e testam frequentemente até onde podem ir sem que isso gere uma convulsão social que seria perigosa principalmente para os que querem manter o domínio^{xxvi}.

Voltando às questões das escolhas tanto do escravo Manoel quanto da escrava Romana, a casa de jogos que era lugar de morada e divertimento apresentava-se como uma possibilidade de evadir-se, mesmo que momentaneamente das forças dominantes. Para a Romana, a possibilidade de autonomia e uso desse espaço de certa liberdade era problemático mas ainda assim mais tentador que estar sob a égide de seu senhor. Essa questão só entrou em maior tensão quando em um conflito ainda mais grave com Manoel ela acabou por sair mais ferida do que o tolerável para aquela situação. Já para Manoel, enquanto homem, as possibilidades de autonomia a partir da casa de jogos eram um tanto maiores, pois conseguia evadir-se do domínio de seu senhor, tinha a possibilidade de manter um local de morada próprio e disputar um status de importância enquanto mediador de toda uma dinâmica de sociabilidade com diversos outros sujeitos no espaço colonial.

Avancemos, pois, em outro aspecto que aparece frequentemente se referindo ao Manoel e aos diversos outros sujeitos que naquela casa se congregavam: o discriminante de vadio.

Nesse contexto, o discriminante “vadio” vem como uma *desclassificação social*^{xxvii}, *Por conta disso*, é interessante perceber que, em um sentido discursivo, não era inconcebível extrapolar um discriminante voltado à não submissão ao trabalho que era aplicado, em geral, aos pobres livres^{xxviii}, percebe-se que poderiam ser pensados como agravantes para denunciar um sujeito escravizado, mesmo este já estando submetido, em chaves formais, ao trabalho compulsório.

Uma dimensão importante que o conhecimento sobre a espacialidade nos dá é que as habitações tanto dos mais ricos quanto dos trabalhadores pobres no Aracati do século XVIII se concentravam na zona onde estava a casa de Câmara e Cadeira e onde, no século XIX se construíram os primeiros sobrados, era exatamente o local onde se concentravam as

propriedades aforadas de maior valor – ou seja, havia uma mescla entre as zonas de produção e as zonas de ocupação urbana^{xxix}. Quando cruzamos esses dados sobre a dimensão urbanística com algumas outras fontes, fica mais clara essa mescla. No “Auto de Audiência Geral” de 12 de fevereiro de 1781, os moradores reclamavam sobre o mal cheiro causado pelo abate dos bois assim como a grande quantidade de moscas e de doenças causadas por elas:

Foi mais representado pella câmara e uniformemente por todos os Respublicos que a mesma Camera sentia gravíssimo prejuízo, os moradores discomodo, e a vila notável deformidade [...] **as ditas oficinas estão também per sido fazendo outro gravíssimo prejuízo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz perecer muitos indivíduos;** e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objetivo a Saude publica, e os referidos chaons se devem aforar para se fazer a villa mais decente e populosa [...] ^{xxx}

Essa proximidade espacial entre dominantes e dominados nos faz pensar sobre as táticas de como estes conseguiam jogar entre as brechas da dominação ofuscando os olhares vigiantes. O aspecto apontado do Manoel ser um “vadio sem ocupação” foi acionada pelo “descaminho” que havia feito da mulher escravizada, mas não é possível de se perceber que a visão é apontada como se não fosse algo novo. Então, em certa medida, era um ponto de negociação a não intromissão destes outros agentes entre a relação do proprietário do Manoel e ele. O fato de ele ser um “vadio” aparece no discurso do Alferes como um agravante mas não como justificativa para se fazer punição.

Talvez exatamente por essa dimensão de constante negociação que esses sujeitos dominantes apresentem os preconceitos com uma articulação de raiva que nos parece destilada até mesmo pela pena do escrivo. O ódio através do qual o Alferes manifesta seu desprezo pelo Manoel manifesta também quão traumático é quando o discurso oculto vem a público.

Dessa forma, o fato dos sujeitos, naquela casa alugada, fazerem jogos e encontros, somado ao fato do escravizado Manuel ser um sujeito que desafiava o controle, concatenavam-se em um ponto de ar onde algum ato de cisão do que se entendia pela formação do tecido social baseado na hierarquia senhorial, poderia vir a acontecer.

As ações do Manoel, de Romana e dos outros que com ele entendemos como trabalhadores pobres livres, escravizados e libertos, nos lançam a refletir sobre as relações entre

estrutura e os eventos. De fato, há uma dimensão estrutural que estrutura as relações sob a égide da escravatura; entretanto, as ações dos indivíduos estão frequentemente testando os limites desse domínio – não necessariamente por ações de resistência ou de negociação mas também pela própria existência e vontade de se relacionar humanamente. James Scott ajuda a compreender sobre a dimensão desses limites e nos faz refletir sobre as como as condições de conhecimento deste jogo de forças é resultado, em grande medida, de uma experiência prévia:

O que é mais relevante para a nossa análise, no entanto, é que o verdadeiro equilíbrio de forças nunca chega a ser conhecido com exactidão, e que as estimativas que procuram determinar qual poderá ser esse equilíbrio são em grande medida inferidas partir dos resultados de confrontos e averiguações prévias. Partindo naturalmente do princípio de que todos os envolvidos querem levar a melhor, é provável que o equilíbrio seja constatemente posto à prova.^{xxxii}

Os jogos, os afetos, as sociabilidades, as brigas; enfim, todas essas dimensões humanas geram tensões em escalas diferentes e com formas de serem postas na arena dos conflitos com intensidades distintas. Entretanto, isso nos faz refletir como a própria existência desses sujeitos já se insere em determinadas relações sociais estruturadas como conflituosas e que, mesmo na aparente repetição de ações, estão pondo os fundamentos da base escravagista em constante possibilidade de mudança.

Nesse sentido, o processo movido contra o Manoel pode ter diversos aspectos motivacionais: seja por ele desafiar as noções de autoridade e propriedade, mas talvez até mais como forma de fazer algo que não está explícito no processo que seria desmontar a casa e o esquema de jogos e encontros desses sujeitos marginalizados tendo em vista que no final do processo foi decretada a prisão de Manoel.

Portanto, a partir da análise desse caso sobre a escravizada Romana e Manoel, o que podemos perceber é que os jogos de poderes são extremamente voláteis e que o campo de possibilidades está aberto para a disputa seja dos dominantes, seja dos dominados. Além disso, percebemos que não há uma suposta horizontalidade que torne as relações entre os debaixo harmônicos. Os conflitos estão permeados nas diversas variáveis em torno das escalas de poder. Por um lado, Manoel tinha certo espaço de autoridade sob a Romana e ela também tentava

negociar com esses diversos domínios, seja do Manoel seja de seu senhor. Os sujeitos estão constantemente testando as possibilidades de sentir-se mais aptos a tomarem decisões e a ativarem suas possibilidades humanas de se relacionarem com outros. O que este tópico tinha por objetivo era investigar e levantar questões sobre os mecanismos, táticas, negociações e possibilidades que esses sujeitos estão a disputar ininterruptamente nas dinâmicas cotidianas em uma busca por espaços, mesmo que mínimos, de alguma autonomia.

Gostaríamos, por fim, de prestar os devidos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento por meio de bolsa de pesquisa ao presente artigo que é parte do processo de desenvolvimento de nossa dissertação pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará.

Bibliografia

ALVES, Maíra Chinellato. Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores: Campinas, 1840/1870. -1 ed. São Paulo: Alameda, 2014. 238p.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil** – séculos XVII e XVIII. Dissertação, Fortaleza, 2007. 122f.

BEZERRA, Analucia Sulina. **A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quiexeremobim (Ceará-Brasil)** – identidades e sociabilidades. Volume 1. Thèse de doctorat em contutelle de sociologie et anthropologie.

CASTRO, Antonio Barros de. (et al.) **Trabalho escravo, economia e sociedade** /; coordenador: Paulo Sérgio Pinheiro; tradução de Beatriz Vianna Boeira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Trabalhos apresentados na conferência sobre História e Ciências sociais da UNICAMP, em maio de 1975.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte** / Sidney Chalhoub. — São Paulo: Companhia das letras, 2011.

----- **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista** / Sidney Chalhoub. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FUNES, Eurípedes. **Negros no Ceará**. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GINZBURG, Carlo, 1939- **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**; tradução: Frederico Carotti. – São Paulo: Companhia das letras, 1989.

MACHADO, Maria Helena P.T. – **Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)** – São Paulo, Brasiliense, 1987.

NETO, Clovis Ramiro Jucá. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

PINHEIRO, Francisco José FUNDAÇÃO ANA LIMA. **Notas sobre a formação social do Ceará: 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

REIS, João José. **Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia**. In. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência**. In. *Raízes*. Campina Grande, vol. 21, nº 01. 2002.

SILVA, Eylo Fagner. *Liberdade ainda que precária*. Dissertação. Fortaleza, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **“Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho”**: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). Tese, Fortaleza, 2015. 223 f.

ⁱ SCOTT, James C. In. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 11.

-
- ii Chaves, Elisgardênia de Oliveira População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas-Ceará, 1720/1820- 2016
- iii OLIVEIRA, Almir Leal de. A força periférica da empresa comercial do charque O Ceará e as dinâmicas do mercado atlântico (1767-1783). Disponível. In. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-for%C3%A7a-perif%C3%A9rica-da-empresa-comercial-do-charque-Almir-Leal-de-Oliveira.pdf>
- iv NETO, Clóvis Ramiro Jucá. Primórdios da rede urbana cearense. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009. P.88 disponível . In.http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2691/1/2009_art_crJucaNeto.pdf
- v Esta tabela foi elaborada por Eurípedes A. Funes, a partir de dados da Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXIX, p. 79. Ver FUNES, Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 104.
- vi NOGUEIRA, Gabriel Parente. Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). P.83
- vii SCOTT, James C. A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa - Livraria Letra Livre, 2013.P.264
- viii **Idem**.
- ix Em relação a pensar o sujeito escravizado e sua agência social e sobre a dimensão do escravizado não polarizado entre resistência e submissão ler, respectivamente: ALVES, Maíra Chinelatto. Quando falha o controle. Crimes de escravos contra senhores – Campinas, 1840/1870. São Paulo: Alameda, 2014. REIS, João José. **Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia**. In. REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista – São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- x Op. Cit. Reis, João José. 1989.
- xi SCOTT, James C. A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa - Livraria Letra Livre, 2013. P. 253-254
- xii **Livro N°13** Autos de Querela. 14 de fevereiro de 1780. APEC.
- xiii **Idem**
- xiv **Idem**
- xv **Idem**
- xvi **Idem**
- xvii **Idem**
- xviii **Idem**
- xix **Idem**
- xx **Idem**
- xxi **Idem**
- xxii **Idem**
- xxiii **Idem**
- xxiv **Idem**
- xxv **Idem**
- xxvi SCOTT, James C. A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa - Livraria Letra Livre, 2013.
- xxvii SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro.1986.
- xxviii Sobre o uso do discriminante de vadio e as populações pobres livres. Ver. PINHEIRO, Francisco José. Notas sobre a formação social do Ceará: 1680-1820. Fortaleza, 2008. Livro N°24 Autos de Querela p.53v. 14 de fevereiro de 1780.
- xxix NETO, Clovis Ramiro Jucá. Primórdios da urbanização no Ceará. - Fortaleza: edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012. P.373-394.
- xxx Auto de Audiência Geral de 12 de fevereiro de 1781. In. NOBRE. G. S. As Oficinas de Carnes do Ceará. Grafica editorial cearense LTDA. Fortaleza, Ceará – 1977 p. 80. Algo extremamente interessante é o debate, ainda no

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

século XVIII, sobre saúde pública, algo que parece ser um advento das políticas sanitárias do século XX já tinha algum tipo de ensaio em certa medida em alguns discursos mais antigos.

^{xxxi} SCOTT, James C. A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa - Livraria Letra Livre, 2013.